



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonle, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes. 9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2ª SECRETÁRIO — Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 1347/75, do SR. AROLDO JOSÉ MÓLETTA, informando em atenção ao Requerimento do ex-Deputado JOÃO CALIL FADEL, que o referido expediente foi encaminhado aquela Coordenação Regional do INCRA-PR, dizendo que no se refere o caso em exame da "Gleba 29". Querência do Norte que diversos casos de posseiros vinham ocorrendo na referida Gleba, no entanto em decorrência da venda da Fazenda efetivada pelo Sr. FELICIO JORGE aos irmãos ATALLA, firma de Porecatu, houve através seus líderes acordo entre os posseiros, e a firma compradora que efetuou o pagamento de indenizações justas às benfeitorias dos líderes posseiros, FETAEP, SES, Delegacia Regional do Trabalho e INCRA.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob

Sob o nº 002/75, do Sr. ERLEY PEDRO TRAPPEL, Presidente da Câmara Municipal de Matinhos, no qual comunica a extinção do mandato do Vereador NEREU LÚCIO DA ROSA, por ter infringido o Art. 55, § 1º da Lei Orgânica dos Municípios.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 04/75, do Sr. SYLVIO DRUMMOND, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, em atenção ao requerimento formulado pelo Vereador OZIEL PRADO TAVARES, no qual solicita seu indispensável trabalho legislativo em favor do "Estatuto do Magistério Paranaense". — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para os projetos de Resolução nºs 43/75 e 20/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

REQUER seja encaminhado expediente consubstanciado em apelo ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo a criação de um Distrito Judiciário na localidade de Praia do Leste, Município de Paranaguá.

JUSTIFICATIVA:

O Balneário de Praia de Leste situado, no município de Paranaguá, conta atualmente com uma população fixa de 1.200 habitantes, sendo que nos períodos de temporada a demanda de veranistas é de mais de 10.000 pessoas.

Outros fatores poderão ser analisados e que justifica a nossa pretensão, tais como o elevado índice percentual de arrecadação do ICM, bem como a expressiva arrecadação de impostos municipais, e que faz com que a Municipalidade de Paranaguá a considere como Sub-Prefeitura.

Estamos informados ainda, de que o Tribunal Regional Eleitoral, pretende instalar uma urna naquela localidade, tendo em vista o crescimento considerável de eleitores.

A medida viria beneficiar também outros balneários próximos tais como: Jardim do Sol, Paiquerê, Iguatemi, Caiçaras Ipanema e das Palmeiras.

Considerando ainda a sua localização privilegiada e a beleza das suas praias, nos levam a crer que dentro em breve o Balneário de Praia de Leste será um dos mais importantes e desenvolvidos de nosso litoral, fatores que nos parecem suficientes para justificar a presente proposição.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Subscrevendo esta Proposição o Deputado VALTER PIETRÂNGELO, requer, após ouvido o Plenário, voto de louvor à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), e ao

Prefeito Silvío Magalhães Barros, de Maringá, pela inauguração da Central de Abastecimento daquela cidade.

Outrossim, requer que se enfatize a COBAL a urgência em estender a todo o Estado um complexo de abastecimento em nível nacional, na promoção da comercialização direta: produtor-consumidor.

JUSTIFICATIVA:

A diretriz estabelecida pelo Governo Central na implantação da política-administrativa do abastecimento, programou a instalação de centrais abastecedoras nas Capitais dos Estados Brasileiros, e a localização em tempo mais curto, do centros de abastecimento nas cidades de mais importância.

A filosofia governamental se preocupou em dignificar a atividade do pequeno, médio e grande comerciante e, em amparar o produtor através da melhoria das condições de trabalho, gerando em consequência o natural aprimoramento da qualidade do produto, principalmente os mais perecíveis, que de fato devem merecer especial atenção. Nesse intercâmbio direto às áreas produtoras e os CEASAS, promovendo a comercialização direta produtor-consumidor; se configura também o estabelecimento de uma fórmula administrativa altamente benéfica, que aciona a dinamização dos índices de produtividade; racionaliza o aproveitamento dos produtos, gerando recursos econômicos mais justos ao grande, ao médio e principalmente ao pequeno produtor.

A Central de Abastecimento de Maringá é a segunda unidade implantada no interior do Brasil. É uma conquista de suprema importância para a comunidade e para a região, como também, para o complexo de abastecimento do Estado, que começa agora, com a sua primeira unidade interiorana, formar-se.

O Governo Federal já deixou claro a necessidade imediata de acionar o gélido mercado de abastecimento. No Paraná, que forma com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina o eixo principal do abastecimento Nacional, é imperativo a ampliação imediata e, em grande escala, das possibilidades de comercialização direta produtor-consumidor. É preciso eliminar o intermediário que avilta as matérias primas na fonte de produção, massacrando o trabalhador e explorando o comprador através das indiscriminadas formas de tabelamento nos processos de comercialização. O nosso Estado assiste com angústia a crise que assola a batata-cultura paranaense, concebida, pela falta de uma política de abastecimento em nível nacional.

A importância da Central de Abastecimento de Maringá também se realça pelo volume de comercialização, pela atração que exerce sobre os consumidores de Assunção do Paraguai ou mais distantes, bem como, pelos consumidores do Oeste e do Sudoeste do Paraná que se abastecem em nossa progressista cidade. No primeiro dia de comercialização os dados da COBAL anunciaram 5.300 caixas de laranja vendidas no atacado. A previsão é de que dentro de 60 dias o volume de vendas em 24 horas deverá atingir em torno de 15.000 caixas deste produto.

Por todos os méritos, a conquista maringense através da extraordinária visão administrativa do Prefeito Silvío Magalhães Barros, merece destaque no Cenário Nacional por tratar-se da segunda unidade, e por apresentar nestes primeiros dias de comercialização, faturamento superior às unidades existentes há mais de um ano em Capitais de diversos Estados. A cidade de Campinas detém a unidade número um das Centrais de Abastecimento interioranas. Desde 1968, Maringá vinha lutando para a consolidação desta meta, que revela a pertinência da administração pública de Maringá, no acerto do objetivo colimado por ocasião da inauguração da Central no último dia primeiro de maio.

A entrega solene da Central à Maringá e ao Paraná foi realizada no último dia primeiro pelo Dr. Mário Ramos Vilella,

Presidente da COBAL, acompanhado do Diretor Financeiro e Assessores Diretos, em conjunto com as autoridades municipais, tendo o ato sido festivamente comemorado pela gente de Maringá.

Com a segunda renda per capita do País, Maringá funciona como centro abastecedor de uma região de 2.077.995 habitantes, de acordo com o censo efetuado pelo IBGE em 1970. No ano de 1974, o "Feirão" de produtos horti-frutigranjeiros alcançou o faturamento de Cr\$ 21.086.880,00 para uma comercialização de 33.620 toneladas de variados produtos, e 259.200 dúzias de ovos. A feira livre, que funciona como fonte supridora da cidade, negociou 5.282 toneladas, totalizando Cr\$ 7924 e 700,00 de faturamento. Os pequenos produtores, formaram extenso cinturão verde na periferia da cidade, com destaque também para a produção de uvas, que ultrapassa a um milhão de quilos anuais. Excluindo os produtos industrializados pelas 39 empresas de produtos alimentícios de grande porte instaladas na cidade, Maringá exportou a outros Estados da Federação durante o ano passado, 247.123.484.420 quilos de produtos agrícolas, no valor de aproximadamente Cr\$. . . 317.838.273,93 — segundo informações exatas do Acordo de Classificação do Paraná.

Procurando estruturar o município em termos paralelos, a administração do Prefeito Silvío Barros, também produziu a experimentação com MORANGOS. 150.000 mudas foram vendidas aos agricultores de Maringá em fase experimental. 10 qualidades diferentes de frutas estão sendo levadas a efeito no estímulo à ampliação do cinturão verde e a produção intensificada. Toda a política de produção está sendo exercitada com base na importância da COBAL, que absorveu de imediato a Feira de Atacado e também absorveu com rapidez os agricultores, que agora encontram apoio necessário à ampliação de sua atividade.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos ternos regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja expedido ofício convidando o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, a fazer no Plenário desta Casa uma exposição do trabalho e planos daquele setor, em data a ser marcada por aquela autoridade.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista a necessidade de reformular pedido de informações dirigido à S. Exa. o Sr. Governador do Estado a respeito da aplicação de verbas estaduais em publicidade, requer, regimentalmente, a retirada do referido requerimento.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 54/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao município de Mallet, o imóvel doado ao Estado pelo mesmo município, registrado sob o nº 4434, fls. 40, Livro 3D, do Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em questão foi doado ao Estado pelo município de Mallet, para que o mesmo fosse ocupado pela sub-estação de luz do DAEE.

Com a extinção desse departamento, o imóvel perdeu a serventia para o Estado, ao passo que, para a Prefeitura ele é de grande utilidade, pois está situado ao lado da sede da Municipalidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença aqui, na Tribuna, prende-se ao fato que completaremos com um requerimento, a respeito do Decreto-Lei 8/69, de 12 de setembro de 1969, dispondo sobre a inclusão obrigatória da Educação Moral e Cívica nas Escolas de todos os graus e modalidades de sistema de ensino no País.

Também queremos fazer um apelo ao Governador do Estado, no sentido de que crie, por decreto, a Comissão Estadual da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Estado do Paraná, uma vez que já estão criadas as respectivas Comissões nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Goiás, Bahia, Santa Catarina e Paraíba.

Estas Coordenadoras têm por finalidade a defesa dos princípios democráticos através da preservação do espírito religioso; da dignidade humana; do amor liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus; fortalecimento e projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; fortalecimento da unidade nacional e sentimentos da personalidade humana.

O culto à Pátria, aos seus símbolos, suas tradições e instituições. O aprimoramento do caráter com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade.

A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros; o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país.

O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral e no patriotismo.

Ação construtiva visando o bem comum, obedecendo a lei, a fidelidade e integração na comunidade.

Esta Coordenadora de Educação Moral e Cívica já existe em caráter precário.

Esta mesma Comissão já fez publicar várias separatas sobre, por exemplo, a Carta "in extremis" de Dom Pedro I, por ocasião do aniversário de sua morte, publicação patrocinada pelos acadêmicos dos cursos de estudos sociais e Educação Moral e Cívica da Universidade Católica do Paraná.

Segunda publicação sobre Francisco Freire, Alemão, mini-biografia do maior cientista brasileiro do Século XIX, patrocinada

da pelo Diretório da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Católica, no centenário da morte daquele sábio

Romário Martins, mini-biografia do laureado historiador paranaense, patrocinada pelo Diretório acima citado.

Barão de Antonina, no Ano Santo, de 75, por ocasião do aniversário daquele titular do Império que muito contribuiu para a emancipação política do Paraná.

Alexandre Rodrigues Pereira mini-biografia do naturalista pioneiro da região amazônica, em abril último, sob o patrocínio da Escola Técnica Federal do Paraná.

E o último lançamento, homenagem póstuma aos pracinhas paranaenses mortos na 2ª Guerra Mundial, por ocasião do 30 aniversário da Vitória, sob os auspícios do Comando da 5ª Região Militar.

Existem pessoas, como é o caso do professor Sebastião Ferrarini, bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná, que integram esta Comissão provisória da Coordenação Estadual de Moral e Cívica do Estado.

São pessoas que estão, com dificuldade, cumprindo a programação estipulada pela Lei Maior.

É neste sentido que fazemos este requerimento pedindo que se oficie ao Governo do Estado, solicitando que urgencie a criação, por decreto, da Coordenadora de Educação Moral e Cívica do Paraná, com a incumbência de coordenar as atividades relativas à Educação Moral e Cívica em escolas de todos os graus do sistema de ensino do Estado.

Aproveito a oportunidade, uma vez que não foi lido no Expediente, para fazer a leitura de um outro requerimento nosso para que possa ser apreciado pelo plenário. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, se oficie ao Sr. Governador do Estado, solicitando urgenciar a criação por decreto, da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, com incumbência de coordenar as atividades relativas à Educação Moral e Cívica nas Escolas de todos os graus do sistema de ensino no Estado.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, segundo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, estive conosco, no recinto desta augusta Assembléia Legislativa, o Sr. Salim do Carmo, digno Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, dialogando a respeito de diversos assuntos regionais.

Resaltou o operoso Chefe do Executivo daquela cidade litorânea, uma preocupação que mereceu a nossa especial atenção. E acredito que tem merecido e merecerá, por parte de autoridades competentes, grande consideração no sentido de serem tomadas enérgicas providências para que aquilo o que vem acontecendo ali não tenha prosseguimento.

Informou-nos o Sr. Prefeito, pessoalmente através de um ofício a nós endereçado, ter encaminhado expediente ao Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, Coronel Edmundo Capella. O ofício temos em mãos, está vasado nos seguintes termos: (Lê):

(A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Por sua vez, o expediente endereçado ao Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia informa:

"1º — Que a firma "INVEST" (uma companhia de reforestamento) com sede em São Paulo, à Rua Engenheiro Rebouças, está operando na região do Rio Assungui, no distrito de Serra Negra, município de Guaraqueçaba, neste Estado, e, ultimamente, usando topógrafos e funcionários da mesma companhia, promovendo uma medição clandestina invadindo os lotes

pertencentes à Gleba única da Colônia "H" da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, na qual traçaram uma linha que tomou os lotes de nºs 34 a 43. Os referidos lotes na sua maioria são vendidos a várias pessoas e alguns ainda pertencem ao Estado constituindo várias posses.

Entre os proprietários estão o SR. MARIANO KAWIAKI, lotes nºs 42 e 43; SALIM DO CARMO (Atual Prefeito Municipal) com o lote nº 39; lote nº 40-A de JOSÉ FRANCELINO FELESTINO, HENRIQUE PADOVANI e SILVANO CORDEIRO, 39-A de RICARDO STRAUSS, 38-A de DOMINGOS CÂNDIDO e ANTONIO CABURETO; 38 A de LÚCIO ALVES, o qual ultimamente vendeu os direitos ao Sr. MARCOS ALVES; 37 de ANTONIO ARNALDO e DOMINGOS CÂNDIDO; 34, 35, 36 e 37-A da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS FLORESTA LTDA., e os demais lotes pertencem a outros proprietários que também adquiriram da mesma Fundação. Após os proprietários terem conhecimento da medição, procuraram a dita companhia "INVEST", deram embargo e eles prometeram não continuar perante a minha pessoa e a do Sr. Delegado de Polícia.

Entretanto, passada uma semana, os nossos guardas depa-raram com a picada já cercada com arame farpado, com três fios, até o lote do Sr. MARIANO KAWIAKI, que já está até medido e cercado com arame o que também não foi respeitado;

2º - Que este Poder recebendo queixa dos referidos proprietários e sendo também proprietários prejudicado pela mesma Reflorestamento "INVEST", no uso das atribuições legais, solicito a V. Exa. se digne determinar medidas cabíveis de âmbito dessa FITC e perante as autoridades competentes, no sentido de ressaltar os direitos dos proprietários.

a) solicitar ao Senhor Secretário da Segurança para mandar policiais para despejar esses grilheiros; b) que seja designado um Engenheiro para reabrir as linhas do perímetro da Gleba invadida, dando assim segurança aos Srs. proprietários e tranquilidade aos pequenos agricultores".

Por aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos observar que realmente está se cometendo por parte dessa companhia com sede na cidade de São Paulo, um verdadeiro atentado aos direitos de propriedade daqueles homens que vêm labutando na região, para que haja o progresso tão desejado. Fica, portanto, dessa tribuna, o registro do alerta, crendo sinceramente nas providências por parte das autoridades constituídas, que em outra oportunidade já deram mostras do grande amor à legalidade em terras paranaenses. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar passar despercebida a entrevista que concedeu o Presidente do Centro do Comércio do Café de Londrina, Sr. João Moreira, quando dizia, em contato telefônico, mantido com o presidente do IBC: felizmente as autoridades do Centro do Café estão entendendo que para conseguirmos mercado no exterior, não é oferecer preços, mas sim qualidade. Com isso nós recebemos a notícia do Sr. Anibal Bianchini da Rocha, Diretor da Junta Consultiva do IBC, da possibilidade para redesconto para café Tipo 7, evitando com isso que maquinistas e cooperativas tenham que fazer ligação das peneiras 13, 14 e 15, possibilitando esses redesconto, sem essa liga do café.

E é disso que precisa o Presidente do IBC se inteirar, da inteirar, da necessidade de contato também com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio e da possibilidade que os nossos produtores possam colher e selecionar melhor produto, para podermos competir no mercado externo.

O que está acontecendo é que dia a dia o Brasil vem perdendo o seu mercado. Colômbia hoje, já está com um estoque de café para competir conosco, além de cinquenta países produtores.

É preciso que, com urgência, o governo mantenha esta disposição de incentivo para que se tenha um melhor produto para que possamos competir com outros produtores.

Estamos vendo que, também, está despertando atenção os erros que já foram praticados neste setor do café, isto é, a queima do café, a erradicação do café, e muitas outras medidas prejudiciais ao nosso café.

O Governo está, hoje, preocupado de que preço não resolva. Outro dia, apartando o Deputado Muggiati Filho, quando fazia um pronunciamento pedindo preço de quinhentos cruzeiros a saca, dizia eu que muitos poderiam achar exorbitantes esse preço e que era uma medida paliativa. Estamos vendo agora notícia da possibilidade de chegar o preço a quinhentos cruzeiros. Para que no próximo ano não haja necessidade de se pedir o preço de setecentos ou oitocentos cruzeiros, é preciso que se tome uma medida urgente. E esta medida urgente é o incentivo à renovação dos cafeeiros com financiamentos a longo prazo e sem juros, utilizando essa cota de retenção que se tinha e que foi dada ao importador possibilitando assim que o nosso produtor, com menor área e menos mão-de-obra, possa produzir mais e tenha um produto com maior rentabilidade e menos despesa.

Pudemos verificar que, há bem pouco tempo, em nosso Estado se colhia cento e cinquenta sacas por mil pés de café. Esta renda foi caindo e hoje verificamos que, em média, não atingimos cinquenta sacas por mil pés de café. O preço dos fertilizantes, também, alterou bastante e em consequência, passamos a produzir menos um terço do que se produzia antes.

É preciso que se tome esta medida, com urgência plantando com nova técnica, com novas condições de facilidade de combate às pragas e isto só é possível se houver apoio do Governo. O pequeno cafeicultor, segundo temos conhecimento, não tem condições de renovar suas lavouras. Estamos verificando que os grandes produtores têm outros recursos, não contam somente com a lavoura cafeeira. Eles vêm procedendo, paulatinamente, a renovação ano por ano. Eles vêm erradicando dez mil pés num ano, no outro ano mais dez mil pés e assim vão reformando a sua lavoura.

Pergunto: aquele pequeno produtor que tem unicamente dez mil pés de café se tem condições de fazer a erradicação; como vai fazer o plantio, como vai sustentar a sua família, como vai manter a sua propriedade se não tiver um apoio do Governo, um incentivo a longo prazo para que possa erradicar e renovar a sua lavoura até a nova produção.

É por isto que, neste momento, fazemos este registro do pronunciamento do Diretor da Junta do IBC de apoio à renovação, de apoio à cafeicultura. É preciso que esta medida se faça com urgência para que não vejamos mais sacrifícios ainda de nossos cafeicultores como estamos vendo neste ano o que está acontecendo com o algodão e o que poderá acontecer com o soja que todo o mundo pensa que é o melhor negócio. Estamos vendo, também, que o plantio do milho está diminuindo, o plantio de feijão vem diminuindo e se houver um contratempo de soja, o que acontecerá com a nossa lavoura, neste Estado, que é eminentemente agrícola?

É preciso que se tomem medidas com urgência, para se evitar um transtorno maior. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda ontem eu escutava pela A VOZ DO BRASIL, o Sr. Ministro das Comunicações, em comemoração à Semana das Comunicações. Realmente, o Brasil nos últimos anos progrediu muito no setor de comunicações, em especial em telecomunicações. Mas, assomo a esta Tribuna não propriamente para elogiar o serviço de publicação no Paraná. Tenho em mãos, Sr. Presidente, 4 telegramas que se referem à mesma notícia, e são telegra-

mas enviados de Brasília pelo Secretário Nacional do MDB, o Deputado Tales Ramalho.

Para se ter uma idéia do truncamento das notícias, para se ter uma idéia do péssimo serviço de telegrafia, Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil, é necessário manusear estes 4 telegramas que me foram entregues por companheiros de Coronel Vivida que, não entendendo a notícia, vieram me perguntar a que se referiam estes telegramas. Num texto de 35 palavras eu encontrei 14 erros; em outro, 15 erros e o sentido da notícia é totalmente diversa, é ininteligível, com erros de datilografia que passam. É difícil acreditar que tenha sido feito por uma pessoa que sabe manusear u'a máquina de datilografia. Portanto, estou enviando à Mesa desta Assembléia uma reclamação contra o serviço de telegramas aqui no Paraná, e acredito que se justifique, porque talvez a Direção dos Correios e Telégrafos não tenha recebido reclamações como a que nós hoje pretendemos fazer — elas visam exclusivamente a que se exerça uma fiscalização contra esses funcionários relapsos e displicentes.

Vou ler um dos textos de um dos telegramas, para que os Senhores tentem entender alguma coisa do que deveria ser a notícia. (Lê):

“ESTANDO COMISSÃO EXECUTIVA NASCIONAL EMPENHA ESFORÇO ORGANIZACAO ME RETIRO MUNICIPAIS TODOS TERRETORIOS NASCIONAL PERMITO COMPANHEIRO DIA VINTE E NOVE DE MAIO ESTA SECRETARIA TEM REMETIDO NA MEDIDA SUA POSSIBILIDADES DIRETORES REGIONAIS SAUDAÇÕES DEMOCRÁTICA.

THALES RAMALHO SECRETÁRIO GERAL NASCIONAL”.

A notícia exata é a seguinte:

“Estando Comissão Executiva Nacional empenhada esforço organizar Diretório Nacional todo o território nacional permita-me reiterar eminente companheiro prazo filiação para convocações municipais, extinguir-se improrrogavelmente dia 29 próximo mês de maio. Esta Secretaria tem remetido na medida de suas possibilidades fixar filiações todos territórios regionais.

Saudações democráticas

Thales de Ramalho”.

Nestas condições, farei a leitura do meu requerimento e peço aos Senhores Deputados que o endossem, pois não tem outro sentido se não o de levar ao conhecimento dos responsáveis pela Empresa de Correios e Telégrafos, o que se passa, principalmente no tocante à expedição de notícias. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem requerer seja ouvido o plenário, para enviar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, reclamação contra o péssimo serviço de telegramas, oferecidos aos usuários, tendo em vista tornarem-se as mensagens ininteligíveis, truncadas ou dando sentido totalmente diverso da notícia que se pretende radiografar.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Basta a leitura dos telegramas inclusos para justificar-se plenamente a presente reclamação. Todavia, urge que medidas de âmbito público sejam tomadas, afim de que a imprensa, delas tendo conhecimento, exerçam a permanente fiscalização em tão importante ramo das comunicações. Por outro lado, não podemos permanecer omissos quando notícias truncadas, em caso de

doença e saúde, podem levar a consequências imprevisíveis às pessoas que recebem tais notícias falciosas, mesmo porque, prejuízos de ordem material e humana podem acontecer com base em notícias desta natureza.—

Acompanha o xerox que guardo em mãos, para que alguns Srs. Deputados, se quiserem verificar a monstruosidade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, primeiro orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A diretriz estabelecida pelo Governo central, na implantação Política administrativa do abastecimento, programou a instalação de centrais abastecedoras nas capitais dos Estados brasileiros e a localização e tempo mais curto de Centrais de Abastecimento nas cidades de mais importância. A filosofia governamental se preocupou em dignificar a atividade do pequeno, médio e grande comerciante e em amparar o produtor através da melhoria das condições do trabalho, gerando, em consequências, o natural aprimoramento da qualidade do produto, principalmente os produtos mais perecíveis que, de fato, devem merecer uma atenção entre as áreas produtoras e os Ceasas, promovendo a comercialização direta, produtor-consumidor, se configura também o estabelecimento de uma fórmula administrativa altamente benéfica que aciona a dinamização dos índices de produtividade, gerando recursos econômicos mais justos ao grande, ao médio e principalmente ao pequeno produtor. A Central de Abastecimento de Maringá é a segunda unidade implantada no interior do Brasil. É uma conquista de suprema importância para a comunidade e para a região, como também para o complexo de abastecimento do Estado, que começa agora com a sua primeira unidade interiorana Fraz. O Governo Federal já deixou claro a necessidade imediata de acionar, segundo informação clarividente do Presidente, da Cobal, de acionar o germe do mercado do abastecimento no Paraná.

Hoje, o nosso Estado, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constitui o mais importante eixo de abastecimento nacional.

Por esta razão, é imperativo, é indispensável e necessária a criação imediata em grande escala das possibilidades de se estabelecer e dar condições para que ocorra a comercialização direta para o produtor.

É preciso eliminar o intermediarismo que avilta as matérias primas na fonte de produção, massacrando o trabalhador, explorando o comprador, através da indiscriminada forma de tabelamento no processo de comercialização.

O nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assiste com angústia a crise que assola a bataticultura paranaense. Crise concebida principalmente, pela falta de uma política de abastecimento em nível nacional. Atitudes simplesmente domésticas, simples sem uma projeção de entendimento nacional, já não conseguirá equilibrar e resolver o problema para o nosso País.

E ainda, Sr. Presidente, sobre a Central de Abastecimento de Maringá, que realça a sua importância pelo volume de comercialização, pela atração que exerce sobre os consumidores lá de Assunção no Paraguai com mais distantes, bem como, os consumidores do Oeste e Sudoeste do Paraná, que se abastecem em nossa progressista cidade.

Somente nos primeiros dias de comercialização os dados da COBAL, anunciava 5.300 caixas vendidas no atacado.

A previsão é de que dentro do prazo médio de 60 dias, o volume de venda em 24 horas, possa ou deverá atingir em torno de 15 mil caixas somente deste produto.

O imóvel da Central Maringaense, nós temos aqui os dados

estatísticos que identificam a amplitude desta conquista que tem um total de 7.849 metros quadrados de área construída, localizado na zona de armazéns em posição privilegiada, servidos pelas Avenidas S. Paulo e Mauá, com fácil acesso e contando com toda a infraestrutura necessária, que funciona com área destinada particularmente à produção horti-fruti-granjeiro, como se fora uma grande feira aberta, aonde os produtos extremamente bem condicionados são vendidos ao consumidor doméstico. Em outra área de estabelecimento, área menor, se localiza o super-mercado, mas, o mais importante do conjunto, está exatamente na área chamada mercado livre, onde os produtores encostam seus veículos e comercializam diretamente com os atacadistas. Esta área como as demais, está ligada ao corpo do edifício e no piso estão demarcados os limites ocupados pelas carretas, peruas, jeeps e outros veículos utilizados pelos produtores. Tudo obedece a um sistema organizativo devidamente planejado para dar o máximo de funcionalidade a este processo de comercialização.

Também convenientemente coberto o mercado livre funciona sob o critério da COBAL que informa, através de painéis específicos, a cotação dos preços dos produtos nas mais distantes e diversas capitais dos Estados de nosso País.

A cidade de Campinas detem a primeira unidade abastecedora do interior. No caso de Maringá, que recebeu agora da COBAL esta segunda unidade, a campanha reivindicatória começou em 68. E esta luta para consolidar a meta, revela a pertinácia da administração pública no município de Maringá, no acerto do objetivo colimado por ocasião da inauguração da Central no último dia 19 de maio.

Foi feita adequadíssima homenagem do Poder Público aos trabalhadores daquela região no seu dia, por uma legítima manifestação do Governo, na realização de medidas que assegurem pelo menos um pouco de justiça e tranquilidade a uma grande parcela de lavradores.

Os entendimentos seguintes entre o Município de Maringá e a COBAL, visando na época o então deputado federal em julho do ano de 1971, quando na época o então deputado federal e hoje Prefeito de Maringá, Silvio Barros, juntamente com o ex-Prefeito maringaense, obteve a aprovação do diretor da COBAL, para dispor de uma área de cinco mil e seiscentos metros quadrados que se destinariam à Central de Abastecimento.

Durante o período dos entendimentos, Maringá contou com o interesse do Sr. Antonio Thomé, ilustre cidadão coestaduano, na época exercendo importante cargo de Diretor de Operações da COBAL.

Constituiu-se ele num notável impulsionador do plano.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Valter Pietrângelo, nós também tivemos a feliz oportunidade de estar presentes na inauguração do Centro de Abastecimento de Maringá, no dia 19 de maio. Tivemos oportunidade de ouvir do Prefeito Silvio Barros, exatamente os dados que V. Exa. traz hoje, com muita ênfase, a este Plenário.

E, naquela oportunidade, vimos um desprendimento todo especial do Sr. Silvio Barros ao manifestar que o trabalho da concretização daquele Centro de Abastecimento foi impessoal, uma vez que Adriano Valente, quando prefeito, iniciou o trabalho e doou uma área para construção do imóvel, através de uma lei municipal. E a construção do Centro terminava na sua gestão. Portanto, dois prefeitos de Maringá tiveram os mesmos objetivos dotar a nossa querida "Cidade Canção" com o segundo entreposto de abastecimento da Cobal, no interior brasileiro.

Porisso, nobre Deputado Valter Pietrângelo, vemos com satisfação a sua presença na tribuna, dando conta, à Casa, daquela, fato tão importante, não só para Maringá, mas para todo o Paraná.

Era só isso que queria dizer a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Valter Pietrângelo, aguardava a oportunidade para apartear V. Exa. E, agora, secundando o ilustre Deputado Gabriel Sampaio, no aparte que dirigiu a V. Exa., para, exatamente, dar testemunho do que V. Exa. relata é a expressão da verdade.

Dias antes da inauguração oficial, lá estivemos e tivemos oportunidade de conhecer o que se instalou em Maringá. Mas, se V. Exa. permitir, gostaria de aduzir ao seu pronunciamento um aspecto muito importante, em termos de administração municipal. O que queremos realçar é o estímulo que o Poder Público Municipal de Maringá vem dando à produção agrícola. V. Exa. como homem de lá, tem melhores condições de aquilatar o que ali se faz no sentido de estimular determinadas culturas, o que proporcionará o barateamento dos produtos consumidos na cidade.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu e congratulo-me com o trabalho que ali se está realizando.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço os apartes objetivos ilustres deputados Gabriel Sampaio e Enéas Faria.

Concedo aparte ao nobre Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Nobre Deputado, nós também estivemos em Maringá, no dia primeiro de maio, e presenciamos a inauguração daquele Centro de Abastecimento. Tanto é verdade que foram duas administrações que se empenharam na construção e na inauguração daquele Centro de Abastecimento que o cavalherismo do Prefeito Silvio Barros não podia ser mais evidente do que foi, ao convidar o atual Deputado Adriano Valente, ex-Prefeito de Maringá, para, com a esposa do atual Prefeito, desatarem a fita que devia dar por inaugurado aquele Centro. Embora político atuante em área diferente, a atual administração de Maringá faz questão de ressaltar as obras iniciadas na administração anterior.

Com referência à Lei que aludiu o nobre Deputado Gabriel Sampaio, votada em 69 e 70, para doar aquele terreno do então mercado municipal para a Cobal, vale ressaltar que ocupava, na oportunidade, a 1ª Secretaria da Câmara de Maringá e ajudamos a encaminhar a matéria, também como líder de bancada que éramos, para que a bancada do MDB votasse favoravelmente, para que a bancada desse sua aprovação mesmo vindo a mensagem de um Prefeito que havia há pouco abandonado nosso Partido. Mas a iniciativa era válida, boa para a cidade, para o Estado, especialmente boa para o pequeno produtor.

Com referência às medidas que em Maringá estão sendo tomadas para assistência ao pequeno agricultor, dito aqui pelo eminente Deputado Enéas Faria, ela se constitui em meta prioritária do governo municipal de Silvio Barros, tanto é que se criou lá uma autarquia de Fomento Agropecuário, que está dando ao pequeno proprietário, que infelizmente em nossa região está desaparecendo, devido a esse grande impulso do soja. Isso constitui inegavelmente, preocupação de nossa parte, e está se constituindo preocupação da administração de Maringá, criando lá uma autarquia de Fomento Agropecuário, para dar assistência ao pequeno proprietário, para dar condições ao pequeno lavrador, à pequena chácara, para que possa continuar radicado ali, produzindo o suficiente para se manter e manter seus filhos na escola. Para que ele não precise vender sua propriedade e vir para a cidade, despreparado e transformar-se, em pouco tempo, nos chamados "boias frias". A criação dessa autarquia é um marco na história de nossa região.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa.

Mas, Sr. Presidente, ao decantar desta tribuna as potencialidades da minha cidade, meu município e minha região, não fiz simplesmente um trabalho exterior, que não contribuisse para aprimorar a estrutura social de nosso trabalhador.

Mas, voltando ao que dizíamos quando fomos apartados, queremos relatar aqui que foi exatamente no mês de janeiro de 1973, que a Câmara de Vereadores de Maringá aprovou a Lei da doação. Logo em seguida a COBAL limitou-se à posse do imóvel, havendo nesses últimos 24 meses investido aproximadamente 4 milhões de cruzeiros nas obras de ampliação, adaptação, conclusão e equipagem do prédio para funcionamento da abastecedora.

Nesse mesmo ano a administração Silvio Barros arcou com pesado onus no pagamento das desapropriações efetuadas pelo ex-Prefeito Adriano Valente.

Eis que a entrega solene da Central à Maringá, como afirmaram os meus eminentes aparteados foi realizada no último primeiro de maio, pelo Dr. Mario Vilela, Presidente da Cobal, acompanhado do Diretor Financeiro e de Assessores diretos, em conjunto que as autoridades municipais tendo o ato sido festivamente comemorado pela gente maringaense.

Pelos dados colimados a Cobal decidiu acelerar a implantação do terminal de abastecimento do Norte do Paraná, localizado em Maringá, em razão da evidente importância do município maringaense como polo de atração e centro de comercialização dos mais sugestivos.

Com a segunda renda per capita do País, Maringá funciona como centro abastecedor de uma região, em números exatos, de 2.077.995 habitantes, segundo o senso realizado pelo IBGE no ano de 1970. Evidentemente que a região está, agora, muito mais populosa.

Somente no ano de 1974 o Feirão dos produtos horti-fruti-granjeiros de Maringá alcançou um faturamento de Cr\$ 1.086.880,00, para uma comercialização de 33.620 toneladas de produtos além de 259.200 dúzia de ovos.

A Feira Livre, que funciona como fonte supridora da cidade de Maringá negociou 5.282 toneladas, totalizando um volume em cruzeiros de 7.924.900,00.

Estes dados, Srs. Deputados, e outros que iremos expor, demonstram a sutileza como foi realizado esse serviço de planejamento e pesquisa que o município armou num documento amplo, bastante ilustrado e que encaminhou à Cobal nessa luta reivindicatória do Central de Abastecimento do Norte do Estado.

Em Maringá, os pequenos produtores formaram, como incentivo ao Município, extenso cinturão verde na periferia da cidade com a cultura horti-fruti-granjeira. Havendo, também, destaque para a produção de uvas, que ultrapassa a um milhão de quilos anuais, excluindo os produtos industrializados pelas 39 empresas de produtos alimentícios, de grande porte, instaladas em Maringá.

A cidade exportou a outros Estados da Federação, o ano passado, 247 bilhões, 123 milhões, 484 mil e 420 k de produtos agrícolas, no valor de 317 milhões, 838 mil e 270 cruzeiros e 93 centavos, segundo informações exatas.

Enfim, caríssimos Deputados, Maringá é centro de decisões administrativas, concentrando grande número de órgãos estaduais e federais, é centro de prestação de serviços contando com 877 estabelecimentos, é polo educacional, centro de atendimento médico-hospitalar, afirmando-se como magnífica metrópole regional.

Procurando estruturar o município em termos paralelos a administração do Prefeito Silvio Barros, também produziu a experimentação com morangos – mais de 150.000 mudas foram experimentais, 10 qualidades diferentes de frutas então sendo levadas a efeito, no estímulo à implantação do Cinturão Verde e à produção intensificada, toda a política de produção está sendo organizada, com base na importância da Central de Abastecimento, que absorveu de imediato a feira de atacado e também absorveu com rapidez os agricultores, que agora encontra, apoio necessário à ampliação de suas atividades.

Com esta justificação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos vênias para encaminhar à Mesa esta solicitação.

(LÊ)

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Valter Pietrângelo, nós queremos nesta oportunidade dizer que acompanhamos “pari passu” o pronunciamento de V. Exa., e fazemos votos para que esta Casa aprove este requerimento.

Lembramo-nos perfeitamente de quando éramos Vereadores em Londrina, há 2 ou 3 anos atrás, quando então aprovamos a doação de um terreno para que a COBAL construísse naquela cidade, um complexo desta natureza, uma central de abastecimento. O terreno era pequeno, então foi ampliado. Esperamos três anos e não foi construída aquela central de abastecimento. Mas, queremos nos congratular com o Município de Maringá e o povo daquela cidade, porque aquela cidade e o seu Prefeito foram mais felizes do que o nosso Prefeito.

Muito obrigado, Sr. Deputado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, segundo orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns dias passados, assomei a esta tribuna para solicitar providências na região do Sudoeste paranaense, região que tenho a honra de representar nesta Casa.

Com a mesma convicção que aqui vim para criticar e para apelar, hoje retorno para em nome daquele povo, agradecer ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Junior que, três dias após nossa denúncia, determinava a paralisação de tão inoportuno atos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na oportunidade em que denunciei tais fatos, o ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, informava ser o contrabando um dos possíveis motivos da ação policial.

Nesta visita procurei saber as causas que supostamente estariam obrigando tantos brasileiros a se dedicarem a tal prática ilícita, arriscando inclusive a sua vida e prejudicando o seu País.

De armas e entorpecentes, citados o rigor policial, nada consegui que me permita maiores considerações a não ser aquela de que concordo com as medidas que visem impedi-lo, pois, de consequências nefastas.

Porém, Senhor Presidente, Senhores Deputados, consegui relacionar alguns produtos que realmente são contrabandeados naquela região, principalmente o chamado contrabando “formiguinha”, e que, me fizeram ir mais longa para poder trazer a esta Casa as verdadeiras causas de efeitos tão negativos à família sudoestina.

Inicialmente, gostaria de lembrar que a província de Misiones, fronteiriça ao Brasil, representa para a Argentina, guardadas as proporções, o que a Amazonia representa para o Brasil.

Trata-se de uma área ainda a ser quase que totalmente ocupada. Os produtos adiantes relacionados chegam à região depois de um longo processo desde a parte central do País.

Ao contrário, do lado brasileiro, do lado paranaense, encontramos toda uma civilização, toda uma cultura, com cidades já formadas, uma densidade demográfica bem acima da média nacional, e uma produção agropecuária que há tempos é das maiores do nosso Estado.

Lá se encontram os Municípios de Barracão, Santo Antonio do Sudoeste, Pérola d'Oeste, Planalto e Capanema.

Tres comarcas, duas agências do Banco do Estado do Paraná, duas do Banco do Brasil, escolas de nível médio enfim, órgãos, entidades e outras organizações que dão o “status” de civilização e cultura a qualquer município do interior do Estado ou do País.

O contrário é flagrante, —

Vejamos então o que é, porque se contrabandeia:

Relacionarei os produtos e seus preços:

1) - Trigo

Preço atual no Brasil por saco - Cr\$ 90,00

Preço na Argentina por saco - Cr\$ 28,00

Note-se que os municípios citados são todos produtores de trigo e sua produção seria suficiente para seu consumo. O trigo argentino chega à fronteira depois de transportado desde a região central do País.

2) - Banha

Preço no Brasil por lata de 17 kg - Cr\$ 170,00

Preço na Argentina por lata de 17 kg Cr\$ 40,00

Ressalte-se que o rebanho suinícola da área é dos maiores do Estado, existindo inclusive, nas proximidades dos frigoríficos (Itapiranga-SC e Medianeira-PR).

"Chega-se ao paradoxo de se transportar o suíno para Ponta Grossa de onde volta a banha.

3) - sabão.

Preço no Brasil por pedaço - 2,50.

Preço na Argentina por pedaço 0,70.

4) - óleo combustível.

Preço no Brasil por lata de óleo de soja Cr\$ 10,00.

Preço na Argentina por lata de óleo de oliva 6,00.

Sem considerar a diferença de qualidade entre os dois produtos, cumpre acrescentar que, toda a região produz soja, sendo Capanema e Planalto considerados dos maiores produtores do Estado.

Em Planalto, por outro lado, existe inclusive um complexo industrial para seu beneficiamento, hoje arrendado à multinacional do grupo Neva.

5) - Gasolina e óleo diesel.

Sem se tratar de produtos contrabandeados e apenas para comparação, eis os preços.

Preço da gasolina no Brasil por litro - 2,43.

Preço da gasolina na Argentina por litro - 1,50

Preço do óleo Diesel no Brasil por litro - 1,55

Preço por óleo diesel na Argentina - 0,65

6) - Salário mínimo argentino

Para se evitar a argumentação de que a diferença de câmbio entre o cruzeiro e peso, fui investigar o chamado salário mínimo argentino, aproximadamente Cr\$ 700,00, portanto, quarenta por cento superior ao nosso estabelecido no último dia 1º de maio.

Portanto, o assalariado argentino recebendo quarenta por cento a mais, adquire os produtos de primeira necessidade por muito menos do que o brasileiro.

7) - A Fiscalização.

A fiscalização na fronteira é feita em especial por funcionários estaduais da nossa Secretaria da Fazenda.

Tive oportunidade de dialogar com eles e procurei saber dos seus vencimentos.

Tenho em mãos o contra-cheque de um deles referente a janeiro.

Vencimento - Cr\$ 526,00

Salário Família - 150,00

Descontos - 37,53

Liq. a receber - 638,07

E é deste funcionário que se exige dedicação e correção na função.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei e todos sabemos que a Argentina vive momentos difíceis com a **exacerbação dos extremistas**.

Parece-me, no entanto, que não há o que temer ao comparar números e dados e analisar friamente o resultado de tal confronto.

Estará havendo também um "milagre" argentino? Não acredito. Creio que no final desta análise encontraremos, isso sim, as contradições do chamado milagre brasileiro.

Ao se apregoar a política delfiniana de que primeiro se deve deixar o bolo crescer para depois reparti-lo, esqueceram

os tecnocratas de que o fermento necessário a tal crescimento é constituído pela produção gerada por uma população.

Felizmente, tal política, que se assemelha à estória do burro da lenda que morreu de fome quando teria aprendido a viver sem comer, parece estar encontrando resistências cada vez maiores no seio do próprio Governo Federal que percebeu o perigo de vir a perecer o próprio fermento. Senão vejamos:

O Presidente Ernesto Geisel em visita, no último dia primeiro de maio, a cidade de Joinville, em discurso pronunciado perante os trabalhadores, disse que a **Justiça Social está longe de ser o que deve**. O pronunciamento de S. Exa., bem como do Exmo. Ministro do Trabalho, naquela oportunidade, ensejou ao "Jornal de Santa Catarina" inserir em seu editorial o seguinte trecho:

"No discurso de Joinville, o Presidente Geisel mostrou que o Governo foi sensível às pregações do próprio MDB, ao assinalar que o desenvolvimento econômico precisa estar acompanhado do desenvolvimento político e do desenvolvimento social".

2 - Os jornais do País noticiaram os estudos iniciais sobre a possibilidade de serem subsidiadas as casas próprias das classes mais humildes, uma das teses do MDB ao criticar o BNH.

3 - O Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, declara à revista Visão de 24 de março:

"O primeiro papel que o setor rural deve desempenhar é o de alimentar o brasileiro".

Paradoxalmente tal pensamento expresso em outras palavras, pelo Sr. Ministro Cirne Lima, o levou à renúncia do Governo, passado.

É dentro destas perspectivas que venho a esta tribuna para sugerir a adoção de medidas econômicas por parte do Governo Federal, medidas que mais significativas que o próprio aumento salarial, possibilitarão, tenho a certeza, a quebra do círculo vicioso a que se refere o Ministro Paulinelli, na revista citada:

Baixa renda - má alimentação - deficiência em calorias - pouca produtividade".

E aqui cabem mais alguns dados sobre nossa situação salarial; segundo os últimos dados do IBGE.

1 - população ocupada que recebe **menos** que um salário mínimo no País - 6 milhões, 686 mil e 400 trabalhadores - 43, 21 por cento dos trabalhadores brasileiros.

2 - população ocupada que recebe até dois salários mínimos: 4 milhões e 900 mil trabalhadores - 32,17 por cento.

3 - população ocupada que recebe até cinco salários mínimos: 2 milhões e 750 trabalhadores - 17,78 por cento.

4 - população ocupada que recebe mais de cinco salários mínimos: 1 milhão e 100 mil trabalhadores - 6,84 por cento".

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que em 75 o número de assalariados que percebem dois salários mínimos é mais 15 por cento do que aquela que percebia menos de 2 salários mínimos em 70.

Aumentando assim, a classe menos favorecida do País.

"Aqui que o exemplo argentino nos mostra um possível caminho.

A razão da grande diferença é o subsídio que o governo argentino fornece aos produtos de primeira necessidade. De tal monta são os subsídios que obrigam às autoridades adotar medidas visando impedir a chegada de produtos às fronteiras, onde, contrabandeados passam a servir os países vizinhos em prejuízo à sua economia interna".

Gostaria de acrescentar também que tal medida nada tem de utópica se realmente se quer alimentar primeiramente o brasileiro, fazendo-o sair do círculo vicioso do Ministro Paulinelli.

Não sendo sonhador, lembro aos mais pessimistas que desde há muito tempo já vêm o Governo Federal e Estadual

subsidiando outros setores: que normalmente são pagos pelos brasileiros, enquanto nossos produtos são vendidos no estrangeiro, por preços inferiores ao do mercado nacional. Cito, por exemplo o caso do cigarro Shelton que custa no Paraguai 60 centavos e no Brasil 4 cruzeiros e 60 centavos.

Nossos calçados são adquiridos nos Estados Unidos por preços inferiores vigentes internamente.

O exemplo de Itaipu, quando o Estado de São Paulo isentou do ICM e nós somos obrigados a fazer o mesmo, para podermos competir naquela grande obra. É o subsídio que o Estado dará àquela obra.

O subsídio que sugiro é para produtos de consumo imediato pelos trabalhadores das cidades, que os receberá por preços baixos ao mesmo tempo em que os produtos agrícolas não terão o seu trabalho aviltado.

Nas cidades teremos assalariados, mais alimentos com melhores índices de calorias e melhor produtividade. No meio rural, teremos agricultores com melhor nível econômico passando a efetivo consumidor”.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado, e tem o Sr. Deputado 2 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Passarei às mãos do Sr. Presidente o Memorial. (Lê):

“R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, respaldado no Regimento Interno e após o pronunciamento do Plenário, requer seja enviada ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, a seguinte sugestão, acompanhada das considerações que seguem relacionados:

CONSIDERANDO a sensibilidade das mais altas autoridades federais, relativa aos problemas do assalariado brasileiro, demonstrada em reiteradas declarações;

CONSIDERANDO o significativo aumento concedido a partir do dia primeiro de maio de 75 à classe assalariada que, mesmo assim ainda não lhe permita uma vida economicamente condigna com uma existência verdadeiramente humana;

CONSIDERANDO os esforços do Governo Federal para encontrar medidas prontas e eficazes para tornar o nosso trabalhador capacitado a um trabalho produtivo;

CONSIDERANDO o grande número de cidadãos brasileiros, quer das cidades, quer do meio rural, clamando por medidas urgentes para se tornarem beneficiários das conquistas econômicas, sociais e políticas dos dias modernos;

CONSIDERANDO a urgente prioridade da eliminação do círculo vicioso — baixa renda — má alimentação — deficiências orgânicas — analfabetismo — pouca produtividade — baixa renda, cuja solução somente será possível com a intervenção governamental;

SUGERE:

1 — Sejam os produtos de primeira necessidade e de consumo generalizado, entre as classes assalariadas, subsidiados diretamente pelo Governo Federal;

2 — O subsídio acima aludido, em princípio, restringir-se-ia aos produtos básicos: arroz, feijão, carne, leite e gordura animal.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975”.

a) DENI SCHWARTZ.

Finalizo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, escusando-me

por tratar de assunto até agora considerado de uso exclusivo, de linguagem exclusivo do economês, mas também com a certeza de que, se não tivermos essa preocupação para com nossas classes assalariadas, apenas fazendo o bolo delfiniano crescer, correremos o risco de não poder saboreá-lo, deixando-o ao sabor de quem não colaborou com o progresso.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque não há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o requerimento. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão e consequente votação.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Já lido no Expediente. Necessita de apoio.
Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 29/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 03/75, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Públicas e de Obras Públicas, com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 30/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e os órgãos federais que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 31/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Boa Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/74, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paula da Cidade de Alto Parana. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Lar São Vicente de Paula, da cidade de Cornélio Procopio. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 27/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/75, que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1977, do efeitos da Lei nº 6547, de 06/07/74. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 161/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à viúva Carmem de Azevedo Marques Mello. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J., e Favorável da C.F. — **REJEITADO.**

PROJETO DE LEI Nº 161/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à viúva Carmem de Azevedo Marques Mello.

Art. 2º — A despesa decorrente da presente lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1974.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Carmem de Azevedo Marques Mello, foi professora no Município de São Jorge da Serra, desde 1.940, alfabetizando crianças e adultos, sem que, para tal fim, perceber qualquer pagamento pelos cofres públicos estadual ou municipal.

Pelo alto sentido humano, é de inteira justiça a concessão da pensão mensal à beneficiária. Desta forma, estar-se-á minorando sua situação financeira.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 161/74

O projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à viúva CARMEM DE AZEVEDO MARQUES MELLO.

A proposta tem alto sentido humanitário, embora os recursos que se pretende oferecer sejam irrisórios para atender a humanista intenção.

Todavia, a pretensão fere dispositivo constitucional, que proíbe ao Legislativo a iniciativa de lei que autorize, crie ou aumente despesa pública.

Sua inconstitucionalidade é manifesta, pelo que, apesar de mérito, opinamos pela REJEIÇÃO do presente Plano de lei. É o parecer.

Em 03 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 161/74

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado

ERONDY SILVÉRIO, visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à viúva CARMEM DE AZEVEDO MARQUES MELLO.

Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISOSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do projeto de lei nº 192/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Desembargador Aurélio Feijó. Parecer favorável da C.C.J., com **SUBSTITUTIVO** — Será votado apenas o Projeto. — **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 192/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Desembargador AURÉLIO FEIJÓ.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1974.

a) IRIS CALDART.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 192/74

SUBSTITUTIVO

Art. 1º — Fica concedido o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ a Aurélio Feijó.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 196/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação das Igrejas dos Irmãos Menonitas do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 196/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação

das Igrejas dos Irmãos Menonitas do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1974.

a) IGO LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade para a qual propomos a presente medida, está devidamente registrada no Livro de Pessoas Jurídicas, Livro A, sob o nº 1.249, em 28 de junho de 1961.

Tem como finalidade primordial os princípios educacionais e religiosos, conforme se pode verificar nos estatutos que este acompanham. Mantém o Ginásio Erasmo Braga, tradicional educandário de Curitiba, onde dezenas de crianças estudam gratuitamente, prestando assim também relevantes serviços sociais. Sua diretoria nada percebe pelo exercício das funções, conforme artigo 15, § 3º

Todos os seus recursos são aplicados no País e em suas finalidades estatutárias.

Pelas razões apresentadas esperamos mereça o presente Projeto a devida aprovação.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução nºs 43/75 e 20/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Cobal e ao Sr. Silvio Magalhães Barros, Prefeito de Maringá, pela inauguração da Central de Abastecimento daquela cidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, solicitando urgenciar a criação por decreto, da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná, com incumbência de coordenar as atividades relativas à Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus do sistema do ensino do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo a criação de um Distrito Judiciário na localidade de Praia de Leste, município de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Presidente da República, objetivando sejam subsidiados os produtos básicos da alimentação dos assalariados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhada reclamação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contra o péssimo serviço de telegramas, oferecidos aos usuários, tendo em vista tornarem-se as mensagens ininteligíveis, truncadas, ou dando sentido totalmente diverso da notícia que se pretende radiografar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Agricultura, solicitando fornecimento de sementes de trigo aos agricultores de Palmeira. — **Aprovado.**

A respeito do referido requerimento, existe uma Emenda de autoria do Sr. Deputado autor, no seguinte teor:

EMENDA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com vistas ao requerimen-

to apresentado na Sessão de ontem, para ser encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, solicitando fornecimento de semente de trigo aos agricultores de Palmeira, vem solicitar seja **retificado** o seu teor na parte que se refere à entidade "ACARPA", lendo-a nessa parte:

"de que a CASA RURAL que vem atendendo aos lavradores.".

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) LINEU TURRA.

Aprovado o Requerimento e a Emenda.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, da Sessão anterior com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário do Interior, sobre a ampliação da rede de telefones. **Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.**

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em princípio a bancada de nosso partido na sessão de ontem considerou que o Requerimento de S. Exa. o Deputado Luiz Roberto Soares, poderia ensejar o levantamento de dúvidas quanto à correção com que se tem conduzido a direção da TELEPAR nos negócios por ela geridos,

Todavia a liderança, gestionando na manhã de hoje junto aos órgãos governamentais, considerou oportuna a aprovação do requerimento, mesmo porque o que S. Exa. pretende é nada mais do que conhecer dados que os órgãos públicos devem publicar e dar conhecimento a quem estiver interessado no assunto.

Portanto, não há razão para que se pretenda rejeitar o requerimento.

A Bancada da ARENA vota o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares, mesmo porque o Governo do Estado faz questão de que aquela Companhia informe em detalhes tudo aquilo que pode interessar a esta Casa.

Por esta razão a nossa bancada votará favoravelmente ao requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente. Há aproximadamente 30 dias este Deputado apresentou pedido de informações à SANEPAR e teve impedida pela Mesa a votação e este pedido está na Comissão de Constituição e Justiça para parecer.

Posteriormente o Deputado Gilberto Carvalho endereçava também pedido de informações a uma Sociedade de Economia Mista e teve o mesmo destino.

Acredito que, por uma questão de coerência e de unidade, o presente requerimento deve ter o mesmo destino.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa responde a questão de ordem de V. Exa.: os outros dois requerimentos foram endereçados a companhias de economia mista e este é dirigido ao Secretário do Interior. Esta Presidência acha que as companhias de economia mista estão fora de nossa alçada. Mas, sendo o Estado o maior acionista da companhia, pode o Secretário do Interior, responder, se achar conveniente.

Vou citar o exemplo do Banco do Estado do Paraná que é uma empresa de economia mista. Se mandássemos um requerimento diretamente àquele Banco, não poderíamos obter resposta. Mas, poderíamos solicitar as informações ao Sr. Secretário da Fazenda que, talvez nos pudesse fornecer as informações que desejávamos, porque o Banco tem uma estrutura própria, tem o si-

gilo bancário e não poderia responder nosso pedido de informações.

No caso de empresas de economia mista, a Mesa acha que o Sr. Secretário do Interior tem condições para responder esse pedido de informações, se assim o desejar.

O SR' NILSO SQUAREZI — Obrigado. Estou satisfeito com a informação.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Senador Nelson Carneiro, bem como ao Sr. Deputado Federal Rubem Dourado, manifestando solidariedade para a implantação do divórcio. — Em discussão.

OSR. VALTER PIETRÂNGELO — (Questão de ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Exa., se houver apoio regimental, o adiamento da discussão do requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE — Desde que V. Exa. apresente um requerimento por escrito pedindo o adiamento da discussão e votação do requerimento de sua autoria. Pode mesmo pedir a retirada do mesmo. Mas, V. Exa. deve indicar por quantas sessões deseja que seja adiada a discussão do requerimento e fazê-lo por escrito.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, adiamento, por 10 (dez) Sessões, da apreciação do requerimento de sua autoria registrada sob o nº 4/5.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO”

Em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a retirada do requerimento dirigido ao Sr. Governador do Estado, a respeito de aplicação de verbas estaduais em publicidade, tendo em vista a necessidade de reformular o pedido. — **Deferido.**

Há poucos dias o Deputado Ernesto Gnoato apresentou a esta Casa um requerimento solicitando que fosse oficiado ao Departamento de Trânsito e Secretaria de Transportes, no sentido de que constasse das passagens o nome e endereço dos viajantes.

Consultamos o DER e recebemos a informação que não é da alçada do DER e sim do DNER. Nestas condições, como é do desejo de muitos dos Srs. Deputados desta Casa, a Presidência endereçou o seguinte ofício ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. (Lê):

“Ofício nº 325/75/GP

Curitiba, 05 de maio de 1975.

Senhor Diretor Geral:

Preocupados os membros desta Assembléia com o anonimato em que circulam passageiros, em transportes rodoviários de longa e média distâncias, desconhecendo norma federal ou estadual que regule a matéria de obrigatoriedade de registro dos nomes dos passageiros, quando da emissão de bilhetes de passagem pelas empresas concessionárias, de serviço de transportá-los, e também a dificuldade, em caso de sinistro, de se identificarem mortos e feridos, solicitam de V. Sa. determinar às empresas de transporte coletivo estaduais e interestaduais que, paralelamente, ao emitirem os bilhetes de passagem, façam anotar os nomes dos Srs. usuários.

Na expectativa da atenção de V. Sa. para tão grave proble-

ma de segurança pública, confiamos em que esta sugestão receberá o seu acatamento.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe expressões de respeito e consideração.

a) PAULO CAMARGO — Presidente.

Ilmo Sr.

STNALEY FORTES BAPTISTA

Md. Diretor Geral do Departamento Nacional

de Estradas de Rodagem

Av. Presidente Vargas, 522

RIO DE JANEIRO — RJ”

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 29/75, 30/75, 31/75, e de Lei nºs 156/74 e 174/74 e 27/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 192/74 e 196/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 20/75, 43/75, e de Lei nºs 266/73, 111/74 e 170/74.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 243/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3274/75, de 10 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar a pedido, o Decreto Legislativo nº 87/75, na parte que se refere aos funcionários SAINT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA, ocupante do cargo de nível PL “26”, de Redator, e RUI RIBAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL “23”, de Oficial de Administração, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar, RUI RIBAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, e LUIZA ZACH VIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, de nível PL “16”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinetes da Presidência, percebendo as vantagens inerentes aos cargos.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 244/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2090/75, de 17 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a GLACI BELICH, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 25 de fevereiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados

para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 245/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2883/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

- I – revogar o Decreto Legislativo nº 107/75, de 3 de março de 1975, na parte a que se refere a GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, ocupante do cargo de Redator, nível PL "24", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de Assessor de Relações Públicas; e,
- II – designar, GILBERTO LAMPARELLI SILVA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 246/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1957/75, de 13 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 7 de janeiro de 1973, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1124/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a HILÁRIO FREGONEZE, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquen-

nal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 7 de fevereiro de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2581/75, de 26 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ANTONIO LUIZ QUERINO MACHADO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para exercer as funções de Motorista, percebendo a gratificação de função, símbolo F-5, na Lide-rança do MDB, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1680/75, de 5 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a NELSON EMILIO MARQUES, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 18 de janeiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2788/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

alterar o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 110/75, no elemento abaixo discriminado o qual terá a seguinte distribuição:

3.2.5.0 – CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	493.800
3.2.5.2 – Contribuições ao INPS	43.800
3.2.5.4 – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço ..	50.000

3.2.5.5.— Outras Contribuições 400.000

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10.391/74, de 10 de dezembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 9 de agosto de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1014/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a GERSON EVANGELISTA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 23 de outubro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 121/75, de 8 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LUIZ DOUGLAS FERREIRA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de janeiro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um to-

tal de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2911/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

dispensar, a pedido IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, funcionária, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Assessor de Relações Públicas.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2911/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo nº 118/75, de 5 de março de 1975, na parte que se refere a MOACIR JORGE NARDI, que designou para exercer as funções de Assistentes de Plenário; e,

II — designar, IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assistente de Plenário, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 558/75, de 23 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a AYRTON LUIZ BAPTISTA, ocupante do cargo de nível PL "28", de Redator, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 7 de julho de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário